

JS propõe à Assembleia da República a integração de organizações de juventude como membros de pleno direito do Conselho Económico e Social

Segunda-feira, 25 de Fevereiro de 2013

A Juventude Socialista (JS) reunida em Comissão Nacional nos dias 23 e 24 de Fevereiro em Setúbal, assinala como histórico, politicamente oportuno e necessário o projeto de lei entregue sexta-feira passada na Assembleia da República, apresentado por deputados da Juventude Socialista.

Esta iniciativa legislativa visa a integração do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e da Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ) como membros de pleno direito do Conselho Económico e Social. Dar uma voz directa, activa e sem intermediários a estruturas representativas da juventude portuguesa no seio da concertação social, representa um enorme avanço na auscultação permanente de todos aqueles que trabalham em prol de políticas de juventude em Portugal e que não prescindem de contribuir activamente para os debates centrais da vida pública nacional.

Sentar à mesa da concertação social estas duas plataformas associativas que representam hoje centenas de milhares de jovens, constitui um capital essencial que vai de encontro à procura de soluções para os problemas e anseios da juventude portuguesa.

Para o secretário-geral da JS, João Torres, «mais do que nunca, é imprescindível discutir directamente com os jovens e seus representantes o flagelo do desemprego e da emigração qualificada, a ausência total de perspectivas de emancipação e independência económica e a necessidade premente de aposta no crescimento económico, não esquecendo muitas outras questões relativas às políticas de juventude transversais a várias áreas ou sectores da sociedade. Em nome do progresso e da responsabilização colectiva, a geração mais qualificada de sempre deve ter assento por direito no espaço privilegiado da concertação social.»

O líder da Juventude Socialista acrescenta, «melhor do que ninguém, os jovens sabem o que querem. E querem seguramente, dizer – presente! – nos grandes debates da nossa vida colectiva que importam fazer agora e que condicionam o seu futuro, sejam estes políticos, económicos ou sociais.»

Rui Duarte, presidente da Comissão Nacional da JS e um dos deputados que apresentam o projeto de lei, considera este como «um passo histórico para as organizações representativas da juventude portuguesa, promovido pelo Partido Socialista e pela Juventude Socialista, num momento em que está criada a oportunidade política para se abrir uma nova geração de políticas de juventude em Portugal.»

Nesse seguimento, «a entrada de organizações de juventude no CES, significa também, elevar o sentido de compromisso dos seus representantes com o propósito e resultados da concertação social, ao mesmo tempo que se partilha mais responsabilidade social com as jovens gerações deste país, na resolução dos desafios presentes da sociedade portuguesa e europeia.»

Para a Juventude Socialista, a aprovação deste projeto de lei constitui uma prioridade de momento, para que a voz dos jovens possa ser amplificada face ao autismo do actual governo PSD-CDS, que insiste em não enfrentar de forma séria e com resultados visíveis os principais problemas que assolam quotidianamente o presente da juventude portuguesa.